

Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

### **ESTATUTO SOCIAL**

## CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA, DURAÇÃO, FINS, OBJETIVOS E FINALIDADES

Secão I

Da denominação, sede, natureza, duração, fins

Art. 1° - A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES E AMIGOS DO TRAPICHE DA BARRA, também designada pela sigla - ASSCOMAT, inscrita no CNPJ: 14.108.300/0001-01, fundada em 14 de junho de 2011, é pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, situada na Rua Aminadab Valente, 774, Trapiche da Barra, Maceió/AL - CEP: 57010-374, registrada e protocolada sob nº 3934063, datado de 03/08/2011, alterado sob protocolo nº 6423768, datado de 12/06/2020, no Cartório do 4º Oficio de Notas e 1º Registro Civil de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Maceió/AL, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, para fins de defesa dos direitos, interesses e representação legal dos moradores do Trapiche da Barra e Adjacências, com a finalidade de atender a todos a que a ela se associem, independente de classe social, sem preconceito de raças, cor, credo religiosos, políticos partidários, filosófico, ideológico, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais.

Parágrafo único - Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais.

- Art. 2º No desenvolvimento das atividades da ASSCOMAT serão observados os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sem qualquer forma de discriminação, e a fim de cumprir as suas finalidades destina-se a assegurar as diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria; (previsão dos Arts. 5º e 6º, da Lei 13019/2014, Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015); a seguir:
  - I. O reconhecimento da participação social como direito do cidadão;
  - II. A solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva;
  - III. A promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável;
  - IV. O direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas:
  - V. A integração e a transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social;
  - VI. A valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa;
  - VII. A promoção e a defesa dos direitos humanos;
  - VIII. A preservação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente;
  - IX. A valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;



© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

☑ asscomat@outlook.com





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

- X. A preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.
- XI. A promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público;
- XII. A priorização do controle de resultados;
- XIII. O incentivo ao uso de recursos atualizados de tecnologias de informação e comunicação;
- XIV. O fortalecimento das ações de cooperação institucional entre os entes federados nas relações com as organizações da sociedade civil;
- XV. O estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade;
- XVI. A ação integrada, complementar e descentralizada, de recursos e ações, entre os entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos;
- XVII. A sensibilização, a capacitação, o aprofundamento e o aperfeiçoamento do trabalho de gestores públicos, na implementação de atividades e projetos de interesse público e relevância social com organizações da sociedade civil;
- XVIII. A adoção de práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens indevidos;
- XIX. A promoção de soluções derivadas da aplicação de conhecimentos, da ciência e tecnologia e da inovação para atender necessidades e demandas de maior qualidade de vida da população em situação de desigualdade social.

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES E AMIGOS DO TRAPICHE DA BARRA poderá abrir filial, em todo território nacional, conforme legislação específica e aplicarão suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional, na sua manutenção, e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme Resolução CNAS nº 4, de 11 de fevereiro de 2014, que institui o Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Sócio Assistencial Privada.

## Seção II Dos objetivos

# Art. 4° - São Objetivos da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES E AMIGOS DO TRAPICHE DA BARRA:

- a) Defender os interesses coletivos dos moradores;
- b) Melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, defendendo-os, organizando-os e desenvolvendo trabalho social junto às crianças, adolescentes, adultos, idosos e aos deficientes físicos.
- c) Estudar e obter soluções para problemas dos moradores da comunidade, encaminhando-os às autoridades competentes, quando for o caso;
- d) Zelar pela qualidade de vida dos moradores em todos os sentidos;
- e) Representar os associados nos âmbitos judiciais e extrajudiciais;



© 82 3432 .0983 © 82 99168.2706 © asscomat • Asscomat Trapiche da Barra



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

- f) Conjugar esforços com outras entidades no desenvolvimento das atividades políticas, socioeconômico, comunitárias, incentivando atividades culturais, esportivas e recreativas;
- g) Participar junto à entidade de outros setores sociais, das atividades que visem interesses comuns;
- h) Criar, defender e incentivar programas e projetos de geração de emprego e renda, sob a forma de pequenas empresas e de cooperativas populares;
- i) Se relacionar com entidades de outras comunidades de outros estados que tenham participação na luta pela solução dos grandes problemas das comunidades;
- j) Aprofundar os entendimentos, corrigir erros e acertar o prumo das diretrizes de participação popular na democratização do país junto à sociedade civil organizada e autoridades governamentais;
- k) Defender os interesses coletivos os moradores da comunidade perante a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal, Códigos Municipais de edificação, postura, urbanismo, plano diretor do Município, Código de Defesa do Consumidor, Lei da Criança e do Adolescente, em observância com o que forem deliberados pelos conselhos de fatos e de direitos, foros, plenárias, congressos, encontros de entidades governamentais e não governamentais;
- 1) Representar as forças populares na sua comunidade, defender o idoso, a mulher, a criança, o adolescente, o deficiente físico e mental, bem como, combater qualquer tipo de discriminação contra o ser humano;
- m) Promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias.

## Seção III Das finalidades

# Art. 5° - A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES E AMIGOS DO TRAPICHE DA BARRA tem por finalidade:

- a) Promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- b) Promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da assistência social, cultura, saúde, moradia a baixíssima renda, geração de emprego e renda através de microcrédito, pesquisa, recreação, desportos, ciência e tecnologia, meio ambiente, assistência comunitária e combate à fome, a miséria.
- c) Promover a mais ampla integração entre a comunidade visando incentivar a participação de todos na luta por direitos políticos, sociais, econômicas, e judiciais;
- d) Divulgar informações, promover seminários, simpósios, debates, excursões e outros eventos, visando o esclarecimento das comunidades dentro das questões políticas, econômica e social:
- e) Prestar apoio a todos os moradores sócios e/ou filiados contra as discriminações praticadas contra os mesmos;
- f) Promover o voluntariado:
- g) Promover, incentivar e desenvolver ações e projetos na área do esporte, como instrumento de socialização, inclusão, educação, rendimento, descoberta de talentos, recreação, lazer, conscientização, saúde, qualidade de vida e de valorização da vida humana, bem como, atividades de condicionamento físico e dança. (85.91-1-00);



№ 82 3432 .0983
 № 82 99168.2706
 ② asscomat
 Asscomat Trapiche da Barra



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

- h) Promover o bem-estar para cidadãos da terceira idade;
- i) Desenvolver projetos e atividades voltados para a área de saúde, prevenção e tratamento de dependência química:
- j) Organizar eventos ligados à promoção da saúde;
- k) Atuar no âmbito da saúde e da educação, trabalhando com todas as camadas sociais de diversas faixas etárias através da educação inclusiva em parceria com órgãos governamentais e empresas privadas;
- 1) Atender crianças e adolescentes na defesa e promoções dos seus direitos;
- m) Promover ações, programas esportivos, culturais, profissionalizantes, sociais e de informações para crianças e adolescentes;
- n) Prestar serviços gratuitos, permanentes e sem discriminação de clientela.
- o) Promover a inclusão digital;
- p) Manter intercâmbio com outras entidades congêneres, Municipais, Estaduais, Nacionais e Internacionais para troca de informações e outras de interesse da comunidade;
- q) Celebrar convênios e acordos perante as autoridades administrativas e judiciárias;
- r) Representar os interesses gerais da comunidade perante as autoridades administrativas e judiciárias;
- s) Promover, incentivar e desenvolver ações e projetos que auxiliem na defesa, preservação e conservação do meio ambiente, bem como, desenvolver atividades de defesa de direitos sociais (9430-8/00);
- t) Estimular a organização e a mobilização da comunidade em conjunto com ela, por meio de reuniões, eventos e outros;
- u) Promover a união, solenidade, autonomia, democracia e fortalecimento da comunidade;
- v) Estimular a integração da comunidade com os demais setores sociais na luta pela emancipação política econômica e social dos povos de todo o mundo;
- w) Defender a firmação de legitimidade da organização e da luta comunitária perante o conjunto da sociedade;
- x) Defender a forma participativa a solidariedade entre os povos para a conquista da paz em todo o mundo;
- y) Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas pela justiça social e pelos direitos fundamentais do homem, bem como manter relações com as demais associações para concretização de solidariedade social e da defesa dos interesses da comunidade;
- z) Constituir serviços para promoção de atividades culturais e de comunicação;
- aa) Estimular a geração de emprego e renda, criar pequenas e micro empresas e cooperativas de desenvolvimento comunitário.

Parágrafo Único – A fim de cumprir as suas finalidades, a associação poderá Celebrar parceria, termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução das finalidades de interesse público e reciproco, nos termos da Lei 13019/14 c/c a Lei nº 13.204, de 2015 e ainda, firmar convênios ou contratos, termo de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgão ou entidades publicas ou privadas, com empresas ou instituições nacionais e internacionais, efetivar trabalhos de consultoria, pesquisa e publicações, bem como, participar na formação técnica, relacionada com seus fins.

**№** 82 3432 .0983

© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

☑ asscomat@outlook.com



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ Nº 14.108.300/0001-01

## CAPITULO II DOS ASSOCIADOS Seção I

### Das Categorias de sócios

- Art. 6° A ASSCOMAT terá um numero ilimitado de associado, podendo filiar-se somente maiores de 18 (dezoito) anos e possui as seguintes categorias de sócios:
  - I. Associado fundador: Todos os moradores, comerciantes e empresários que compareceram a primeira Assembleia Geral e subscreveram o primeiro estatuto;
  - II. Associado contribuinte: moradores, comerciantes e empresários devidamente cadastrados, os quais contribuem com taxas e obrigações sociais.
  - III. Associado benemérito: Pessoas físicas e jurídicas que tenham prestados serviços relevantes à associação e contribui com donativos e doações;
  - IV. Associado beneficiados: os que recebem gratuitamente os beneficios alcançados pela entidade.

## Seção II Da Admissão e filiação

- **Art.** 7º A admissão do associado será feita mediante a assinatura de proposta de sócio formulada pelo próprio morador.
- § 1° Fica facultativo o cadastro, em caráter provisório, do associado que não preencher as exigências solicitadas pela referida entidade.
- § 2º Todo pedido de filiação deverá ser apreciado pela Diretoria Executiva, exceto, para o sócio fundador da entidade e no caso de recusa do pedido de filiação, caberá recurso na forma desse estatuto.
- § 3º Todos os moradores que integram a comunidade do Bairro trapiche da Barra são assegurados o direito de ser associado.
- § 4° O associado perderá a qualidade de associado no exato momento que perder a qualidade de morador do bairro que está vinculado, exceto quando manifeste expressamente sua vontade em permanecer associado e seja aceito em Assembleia.

## Seção III Dos direitos

Art. 8º - São Direitos dos Associados:

- a) Votar e ser votados, para qualquer cargo da associação, respeitando as determinações deste estatuto;
- b) Participar e encaminhar as decisões tomadas em Assembleias Gerais;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária;
- d) Apresentar proposta ou reivindicações a associação;
- e) Participar das Assembleias Gerais;
- f) Integrar os grupos de trabalho;

☑ asscomat@outlook.com

Rua Aminadab Valente, 774
 Trapiche da Barra, Maceió/AL
 CEP. 57.010-374

82 3432 .0983
 82 99168.2706
 asscomat
 Asscomat Trapiche da Barra



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ Nº 14.108.300/0001-01

- g) Fazer uso das dependências da associação para atividades previstas neste estatuto, mediante previa autorização da Diretoria Executiva;
- h) Gozar dos serviços e benefícios proporcionados pela associação;
- i) Requerer a Diretoria Executiva mediante justificativa e com no mínimo de 5% (cinco por cento) dos sócios quites, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária;
- j) Recorrer administrativamente na forma prevista neste estatuto, das decisões emanadas da Diretoria Executiva ou Assembleia Geral.
- § 1° Os Direitos dos associados são intransferíveis;
- § 2° Perderá seus direitos o associado que, por qualquer motivo deixar o exercício da prática comunitária ou ficar inadimplente com a associação, por um período de 3 (três) meses.

### Seção IV Dos deveres

Art. 9° - São deveres dos associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir com as disposições estatutárias e regimentais;
- b) Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- c) Zelar pelo nome da entidade;
- d) Participar das atividades;
- e) Trabalho em prol dos objetivos da associação, zelando pela respeitabilidade da entidade:
- f) Pagar pontualmente a contribuição ou taxa fixada pela Diretoria Executiva em Assembleia Geral;
- g) Comparecer as reuniões, assembleias e seminários convocados pela associação, acatar e encaminhar suas decisões;
- h) Prestigiar a ação popular e trabalhar pela organização da comunidade;
- i) Não exercer representação em nome da associação, sem autorização previa da Diretoria Executiva;
- j) Comparecer e votar por ocasião das eleições;
- k) Defender o patrimônio e os interesses da associação;
- Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da associação, para que a Assembleia Geral tome providencias.

Paragrafo único – É dever do associado contribuinte, honrar pontualmente com as contribuições associativas.

## Seção V Das penalidades

- **Art.** 10 Estão sujeitos às penalidades de advertência, suspensão e exclusão do quadro de sócio pela Diretoria Executiva, os associados que desrespeitarem as resoluções, regimentos internos e determinações previstas neste estatuto.
- § 1° A Diretoria deve apreciar a falta cometida pelo associado, instaurando processo com amplo direito de defesa, a ser submetido em última instância à Assembleia Geral.
- § 2º Cabem recursos da decisão a Assembleia Geral Extraordinária convocada na forma deste estatuto.

82 3432 .0983
 № 82 99168.2706
 asscomat
 Asscomat Trapiche da Barra



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ Nº 14.108.300/0001-01

- § 3° Cabe a Diretoria a exclusão do sócio que sem motivos justificados, atrasar 3 (três) meses de pagamentos de suas contribuições sociais.
- § 4° O diretor, sócio ou pessoa que exercer representação em nome da associação, sem autorização prévia da mesma, fica sujeito a punições e sanções de conformidade com o estatuto, resoluções e regimento da associação.
- **Art. 11** Será garantido o reingresso a associação do sócio que tenha sido eliminado do quadro social, desde que se habilite a juízo da Diretoria Executiva ou Assembleia Geral ou que liquide seus débitos quando o motivo de eliminação for atraso no pagamento de contribuições ou taxas.

**Paragrafo único** – O sócio readmitido não sofrerá prejuízo na contagem do tempo anterior de filiação.

- Art. 12 Não poderá se candidatar o associado que:
  - a) Não estiver definitivamente quite com as mensalidades da associação;
  - b) Houver lesado o patrimônio de qualquer entidade;
  - c) Conter menos de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social da associação na data das eleições;
  - d) Não estiver no gozo dos direitos sociais;
  - e) Estiver enquadrado nos impedimentos deste estatuto, conforme artigo 33.

## CAPITULO III DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÕES, ESTRUTURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

- Art. 13 São órgãos de Deliberações, Estruturações e Administração da Associação, conforme ordem hierárquica abaixo:
  - a) Assembleia Geral;
  - b) Diretoria Executiva:
  - c) Conselho Fiscal.

## Seção I Da Assembleia Geral

- Art. 14 A Assembleia Geral é o órgão máximo de decisão da associação constituída de todos os associados.
- § 1º A Assembleia Geral, será realizada, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, ou extraordinariamente a qualquer tempo, por ato do presidente; da diretoria, do Conselho Fiscal ou através de requerimento endereçado ao presidente e assinado por 1/5 dos associados quites com suas obrigações sociais.
- § 2º A Assembleia Geral terá como finalidade tomar decisões fundamentais, e ainda deliberar sobre pauta de reivindicações, encaminha e participar das lutas na comunidade em geral.
- § 3° Caso o Presidente, não convoque a Assembleia Geral no prazo estabelecido, esta poderá ser convocada através de requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados quites com suas obrigações sociais, que deverão dar cumprimento a este estatuto.



**№** 82 3432 .0983

© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

§ 4º - Decorrido 30 (trinta) dias da entrega de requerimento, que pede a convocação da Assembleia Geral, caso a Diretoria não tenha tomado tal iniciativa, será tomada pelos próprios, requeridos na forma do artigo 16 deste estatuto.

Art. 15 – Compete a Assembleia Geral decidir sobre a política geral da associação em seu plano de trabalho, além de:

- a) Eleger e empossar a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- b) Ratificar a escolha dos membros da Diretoria Executiva;
- c) Aprovar as contas da Associação;
- d) Pronunciar-se sobre relatórios, balancos, orcamentos e plano geral de trabalho;
- e) Alterar e reformular o estatuto social;
- f) Dissolver a associação;
- g) Autorizar a aquisição, venda, permuta, alugueis e comodatos de bens móveis e imóveis;
- h) Dispor sobre o funcionamento da assembleia;
- i) Propor a reavaliação de política e dos métodos adotados pelos órgãos diretivos, aprovar, alterar ou revogar recomendações praticas para a advocacia criminal;
- j) Decidir, por voto da maioria dos presentes, pela destituição dos componentes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, desde que fundamentadamente presentes as situações previstas no presente Estatuto que a autorizem, assegurando o contraditório e a ampla defesa, não impedindo a decisão na ausência imotivada do associado na sessão;
- k) Determinar a imediata instauração de procedimento ético-disciplinar em face de qualquer membro da Diretoria, ou Conselho Fiscal diante de indícios da prática de infração disciplinar;
- 1) Apreciar impugnação de resultado das eleições;
- m) Suprir cargos vagos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, na falta de substituto legal;
- n) Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse da associação e/ou comunidade.
- o) Definir contribuições dos associados e contribuintes excepcionais de toda a comunidade ou entidade.

Art. 16 – A convocação das Assembleias Gerais será feita através do edital fixado na sede, ou em locais de bastante acesso pela comunidade, ou ainda por meio eletrônico, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, exceto por ocasião das eleições que terá prazo mínimo de 30 dias de antecedência, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou, sendo garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la, não podendo ser discutidos assuntos que nela não conste, salvo quando pela própria assembleia for julgado urgente e merecedor de solução imediata.

Paragrafo único - As deliberações das Assembleias Gerais poderão ocorrer das seguintes formas:

 Presencial ou virtualmente, desde que haja comprovação através de lista de assinaturas dos presentes, ou assinaturas digitais, números de IPs dos computadores e outros meios legais;



© 82 99168.2706

@ asscomat

🖪 Asscomat Trapiche da Barra





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

II. Todas as reuniões, (assembleias), deliberações e votações da entidade poderão ser feitas virtualmente, e o sistema de deliberação remota deverá garantir os direitos de voz e de voto a quem os teria em reunião ou assembleia presencial. (art. 4º da Lei 13019/2014 - Incluído pela Lei nº 14.309, de 2022)

**Art. 17** – Sempre que o interesse social exigir será convocado uma Assembleia Geral Extraordinária, cuja convocação explicará os motivos da iniciativa.

Parágrafo único – As Assembleias Gerais instalar-se-ão em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos integrantes em pleno gozo dos seus direitos e em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número dos presentes.

### Seção II Da Diretoria Executiva

Art. 18 – A Diretoria Executiva é composta de 05 (cinco) membros, quadrienalmente eleitos pelo voto direto e secreto dos associados em gozo de seus direitos na forma deste estatuto, e tem a seguinte distribuição de cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário Geral:
- d) Tesoureiro Geral;
- e) Diretor Sociocultural e Esportivo.

### Art. 19 - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Representar a associação e defender os interesses da entidade comunitária perante o executivo, legislativo e judiciário;
- b) Elaborar plano de trabalho e orçamento, para o exercício;
- c) Aprovar a admissão de novos associados:
- d) Indicar representante da associação em atividade extraprograma, sempre que necessário:
- e) Convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nos termos deste estatuto;
- f) Garantir a filiação de qualquer sócio observando apenas as determinações deste estatuto:
- g) Reunir-se em seção Ordinária uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que a maioria da Diretoria convocar;
- h) Aprovar, por maioria simples de votos, balanço anual de ação comunitária, bem como, encaminhar propostas do plano orçamentário anual e os balanços patrimoniais e financeiros anuais a Assembleia Geral:
- i) Prestar contas de suas atividades e do exercício financeiro até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício, e até 30 (trinta) dias antes do término do mandato, igualmente, fornecer demonstrativos semestrais de receitas e despesas aos sócios;
- j) Manter organizados e em funcionamento os diversos setores da associação;
- k) Programar a política de mobilização da associação;
- 1) Convocar e reunir semestralmente a Assembleia Geral.

& 82 3432 .0983 © 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

☑ asscomat@outlook.com





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

**Parágrafo único** – A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, não perceberão nenhum tipo de remuneração de qualquer espécie ou natureza pelas suas atividades exercidas na organização.

Art. 20 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês ou extraordinariamente, quando necessário, com no mínimo a metade de seus membros e deliberados por maioria dos presentes, cabendo ao presidente em caso de em empate o voto minerva.

**Parágrafo único** — Poderá participar das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria Executiva, todo e qualquer associado quites com suas obrigações sociais somente com direito a voz.

### Art. 21 – Ao Presidente compete:

- a) Representar a Associação ativa e passivamente, perante os Órgãos Públicos, Judiciais e Extrajudiciais, inclusive em Juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir advogados para o fim que julgar necessário;
- b) Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;
- c) Assinar as atas das reuniões, o orçamento anual e todos os papéis que dependem da sua assinatura, bem como, rubricar os livros da secretaria e tesouraria;
- d) Ordenar as despesas autorizadas, visar os cheques e contas a pagar, de acordo com a tesouraria;
- e) Coordenar e orientar ação da Diretoria Executiva, integrando-se sob a linha de ação de luta comunitária;
- f) Informar a Diretoria Executiva, as reuniões e Assembleia Gerais;
- g) Isoladamente ou conjuntamente com o Tesoureiro, movimentar contas bancaria, podendo: abrir contas, assinar os cheques e outros títulos de créditos da entidade:
- h) Contratar prestadores de serviços nos mais variados seguimentos sociais, científicos, educacionais, recreativos, desportivos, ciência e tecnologia, meio ambiente, e assistência comunitária.

### Art. 22 – Ao Vice-presidente compete:

- a) Substituir o Presidente nos seus impedimentos;
- b) Assessorar o Presidente;
- c) Coordenar junto aos demais diretores a parte administrativa da associação;
- d) Exercer as atribuições e funções que lhes forem apontadas pela Diretoria Executiva.

#### Art. 23 – Ao Secretário Geral compete:

- a) Substituir o Presidente e o Vice-presidente nos seus impedimentos;
- b) Programar a secretaria dentro de sua linha de ação;
- c) Lavrar as atas de reuniões da Diretoria Executiva e Assembleia Geral;
- d) Promover a triagem das correspondências recebidas delegando aos vários membros da Diretoria o encaminhamento de respostas;
- e) Ter sob seu controle e atualizadas as correspondências, as atas e os arquivos da associação:
- f) Compete ao Tesoureiro Geral, auxiliar e substituir o Secretário Geral nos seus impedimentos.



© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

☑ asscomat@outlook.com





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

### Art. 24 – Ao Tesoureiro Geral compete:

- a) Programar a tesouraria da associação;
- b) Zelar pelas finanças da associação;
- c) Ter sob sua direção e responsabilidade os setores da tesouraria e contabilidade da associação;
- d) Elaborar o balanço financeiro anual que será submetido a aprovação da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;
- e) Ter sob sua responsabilidade a guarda, fiscalização dos setores de contribuição da associação, guarda e fiscalização dos documentos, contratos e convênios atinentes a sua parte;
- f) Coordenar as despesas que foram autorizadas;
- g) Apresentar a Diretoria, relatórios semestrais sob as finanças da associação;
- h) Abrir contas bancárias com o Presidente da Associação;
- i) Compete ao Secretário Geral, auxiliar e substituir o Tesoureiro Geral nos seus impedimentos.

### **Art. 25** – Ao Diretor Sociocultural e Esportivo compete:

- a) Promover eventos de cunho social, relativo a lazer dos associados;
- b) Manter intercâmbios culturais e esportivos com entidades afins, visando aprimorar a cultura e o desporto;
- c) Implementar os departamentos: sociais, culturais e esportivos, estabelecendo um calendário de atividades para todos os níveis;
- d) Zelar pela guarda e conservação dos bens da associação;
- e) Elaborar e apresentar a diretoria, o calendário anual das promoções esportivas:
- f) Providenciar, junto aos órgãos competentes, a segurança necessária e indispensável à realização das promoções esportivas da ASSCOMAT.
- Art. 26 A Diretoria poderá constituir cargos e funções, indicar através de Assembleia Geral um Corpo Técnico formado por profissionais especialistas em diversas áreas, tais como: Jurista, Engenheiro Civil, Elétrica e de Telecomunicações, Arquiteto, Profissional da Área de Saúde mental e física, Profissional de Educação, Assistente Social, Artistas, Artesãos etc.

### Seção III Do conselho Fiscal

Art. 27 – O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros, eleitos quadrienalmente, juntamente com a Diretoria Executiva e se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

### Art. 28 – Ao Conselho Fiscal Compete:

- a) Dar parecer sobre o orçamento da entidade para o exercício financeiro anual;
- b) Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- c) Opinar sobre as despesas extraordinárias, balancetes e fazer retificações;
- d) Fiscalizar as contas e escriturações contábeis da associação;
- e) Convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre irregularidade na área financeira da entidade.

& 82 3432 .0983

© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

# CAPITULO IV DA PERDA DO MANDATO

Art. 29 – Os membros da Diretoria Executiva perderão o mandato nos seguintes casos:

- a) Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- b) Violação das resoluções, regimento interno e das determinações previstas neste estatuto.
- c) For convocado a participar de reuniões da Diretoria e não comparecer por 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas durante 01 (um) ano, salvo por motivo justificável, julgado pela Diretoria;
- d) Por sua conduta promover escândalo público, denegrindo o nome da Entidade, bem como dos seus diretores;
- e) Quando usar os meios de comunicação de massa, ou seja, a imprensa falada, escrita ou televisiva, para denegrir o nome da Entidade ao qual pertence ou de qualquer um dos seus Diretores ou ainda dos Associados.

Parágrafo Único – Em todos estes casos de perda de mandato, a Diretoria Executiva reunirse-á extraordinariamente para decidir sobre o afastamento do Diretor e/ou substituto legal, que cometeu as infrações previstas acima. O resultado desta reunião será comunicado ao Diretor irregular, que se afastará do cargo imediatamente, cabendo recurso para Assembleia Geral convocada na forma deste Estatuto.

Art. 30 - Constitui impedimento ao exercício do mandato de cargos efetivos da associação:

- a) Aceitação em concorrer pleitos eleitos partidários;
- b) Estiver enquadrado nos impedimentos previstos no artigo 12.
- § 1° Caso algum membro de cargo efetivo dos órgãos de deliberação da associação for eleito para o exercício de representação parlamentar em qualquer instancia, terá o seu mandato suspenso quanto durar a sua condição de parlamentar.
- § 2° O afastamento do que trata o paragrafo primeiro do artigo 30, será antecipado de 120 (cento e vinte) dias antes do sufrágio das eleições.
- § 3º Qualquer diretor ou associado em pleno gozo dos seus direitos sentindo-se prejudicado poderá formular denuncia junto aos órgãos competentes.

## CAPITULO V DA VACÂNCIA E DAS SUBSTITUIÇÕES

- **Art.** 31 A vacância do cargo será declarada pela Diretoria e submetida à aprovação da Assembleia Geral nos seguintes casos:
  - a) Abandono de cargo;
  - b) Renúncia do exercício;
  - c) Perda do mandato;
  - d) Falecimento;
  - e) Ausência de reuniões.
- **Art. 32** A vacância do cargo por perda do mandato, renúncia, abandono do cargo, falecimento e ausência de reuniões será declarado pela Diretoria da associação, 24 (vinte e quatro) horas, após decisão da Diretoria Executiva, ou 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do anúncio espontâneo do impedimento.

¥ 82 3432 .0983

© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

™ asscomat@outlook.com





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ Nº 14.108.300/0001-01

- Art. 33 Se ocorrer renúncia coletiva da Diretoria, qualquer diretor, ou sócio da comunidade poderá convocar uma Assembleia Geral para discutir a formação de uma junta governativa provisória que se constituirá em comissão eleitoral.
- **Art.** 34 A junta governativa provisória ou comissão eleitoral deve proceder às diligências necessárias a realização de novas eleições para a investidura dos cargos de diretores, na conformidade deste estatuto no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua posse.

## CAPÍTULO VI Do Patrimônio, da Receita e da Despesa Seção I Do Patrimônio

- Art. 35 O patrimônio da ASSCOMAT é composto por todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.
- § 1°. Os bens imóveis de sua propriedade não poderão ser alienados ou gravados, salvo proposta aprovada pela Assembleia Geral.
- § 2°. O Patrimônio da entidade constitui-se:
  - a) Das contribuições devidas a associação pelas entidades civis;
  - b) Das mensalidades dos associados, na conformidade de deliberação de Assembleia Geral;
  - c) Dos bens e valores adquiridos e das rendas produzidas pelos mesmos;
  - d) Dos direitos patrimoniais decorrentes da elaboração do contrato das doações, dos legados e convênios;
  - e) Das multas e das outras rendas eventuais.

### Seção II Da Receita

# Art. 36 – Constituem receita da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES E AMIGOS DO TRAPICHE DA BARRA.

- a) Contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- b) Doações e legados;
- c) Usufruto que lhe forem conferidos;
- d) Receitas de comercialização de produtos e serviços;
- e) Rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- f) Rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros:
- g) Juros bancários e outras receitas financeiras;
  - Captação de renúncias e incentivos fiscais;
- i) Receitas sobre direitos autorais;
- j) Resultado de comercialização de produtos e serviços;
- k) Resultado de ingressos de eventos e exposições;
- l) Recursos provenientes de Termos de Parcerias Institucionais ou Empresariais;
- m) Recursos provenientes de Convênios e Termos de Parcerias com o Poder Público;
- n) Outras receitas.



© 82 99168.2706 © asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

☑ asscomat@outlook.com

Rua Aminadab Valente, 774 Trapiche da Barra, Maceió/AL CEP. 57.010-374



h)



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

Parágrafo Único - A ASSCOMAT pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os apliques integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; nos termos do inciso I, alínea "a" do art. 2º da Lei 13019/14. (Incluído pela Lei 13.204/15).

## Seção II Da Despesa

- Art. 37 Constituem despesas sociais a serem obrigatoriamente incluídas no orçamento anual:
  - I. Custeio da sede e seus serviços de manutenção, as verbas de pessoal, correspondência, material e transporte;
  - II. Os encargos tributários;
  - III. As verbas de conservação;
  - IV. Quaisquer outras despesas necessárias à consecução dos objetivos sociais.
- Art. 38 O dirigente, voluntário ou associado da associação que produzir danos patrimoniais ou dolosos será responsabilizado civil e criminalmente pelo ato lesivo.
- Art. 39 A ASSCOMAT poderá ser dissolvida a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, com a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

Parágrafo único - Em caso de dissolução da entidade liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados à outra entidade congênere, com personalidade jurídica comprovada, de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

### CAPITULO VII DO PROCESSO ELEITORAL

- Art. 40 As eleições para a renovação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal se realizaram simultaneamente a cada 04 (quatro) anos, sendo permitida reeleição, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias antes do termino do mandato vigente, conforme o disposto no estatuto social.
- Art. 41 Será garantida por todos os meios democráticos a lisura dos pleitos para a administração da Associação, garantindo-se condições de igualdade às chapas concorrentes, especialmente no que se refere ao processo eleitoral, com fiscais, tanto na coleta, como na apuração dos votos.

& 82 3432 .0983

© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

□ asscomat@outlook.com



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

### Seção I Da convocação das eleições

- Art. 42 As eleições serão convocadas pelo Presidente, ou pela Diretoria Executiva, ou 1/5 dos associados, através de edital fixado na sede, ou distribuição de boletins ao associado, ou por meio eletrônico, onde se mencionara obrigatoriamente o seguinte:
  - a) Prazo para registro de chapas;
  - b) Horário para entrega de documentos para o registro;
  - c) Prazo para impugnação de candidatura;
  - d) Data, horário e local da votação;
  - e) Data, horário e local da segunda votação, caso não haja o quórum mínimo na primeira, bem como, da nova eleição em caso de empate entre as chapas mais votadas.

## Seção II Dos candidatos

- Art. 43 Não poderá se candidatar o associado que:
  - a) Contar com menos de 06 (seis) meses de inscrição no quadro social da associação na data das eleições;
  - b) Não estiver no gozo dos direitos sociais;
  - c) Estiver enquadrado nos impedimentos desde estatuto;
  - d) Não estiver em dia com as mensalidades.

### Seção III DO REGISTRO DAS CHAPAS

- Art. 44 O prazo para registro de chapas será de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do edital de convocação da Eleição, sendo o requerimento de registro de chapas dirigido a Secretaria da ASSCOMAT por escrito, assinado por qualquer dos candidatos que a integre.
- § 1º Será recusado o registro da chapa incompleta.
- § 2º No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do registro, a comissão eleitoral fornecerá a cada chapa individualmente, comprovante de candidatura.
- **Art. 45** No prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do encerramento do prazo de registro, a comissão fará publicar a relação das chapas registradas e declarará aberto o prazo de 5 (cinco) dias para a impugnação.

Parágrafo único – Na falta de chapas inscritas, e caso só exista uma única chapa, esta será eleita por aclamação, sendo empossada até o término do mandato anterior ou término do pleito eleitoral.

- Art. 46 Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapa, a comissão eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, providenciará nova convocação de eleição.
- **Art. 47** A relação dos associados em condições de votar será elaborada em 15 (quinze) dias antes da data da eleição, e será no mesmo prazo fixado em local de fácil acesso na sede da Associação para consulta de todos os interessados e fornecida cópia a cada um dos

**8** 82 3432 .0983

© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra

□ asscomat@outlook.com





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

representantes das chapas registradas mediante requerimento por escrito de qualquer dos concorrentes.

### Seção IV DAS IMPUGNAÇÕES DAS CANDIDATURAS

Art. 48 - O prazo de impugnação de candidaturas são de 5 (cinco) dias contados da publicação da relação das chapas registradas.

## Seção V DA COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

- Art. 49 O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão eleitoral composta por 03 (três) associados, na qualidade de presidente, primeiro e segundo secretários, eleitos na assembleia geral e fiscalizada por um representante de cada chapa registrada, no caso de chapa única é facultativo a fiscalização por esse representante.
- § 1º A assembleia geral que trata esse artigo será realizada no prazo de 5 (cinco) dias, que anteceder a data da publicação do edital de convocação das eleições.
- § 2º Cada chapa registrada, no ato de sua inscrição indicará um representante para fiscalizar o Processo Eleitoral.
- § 3° As decisões da comissão eleitoral serão tomadas por maioria simples dos votos dos componentes.
- § 4º O mandato da Comissão Eleitoral extinguir-se-á com a posse da nova diretoria eleita.
- § 5° Não poderá fazer parte da comissão eleitoral componentes de chapas registradas, bem como, seus parentes até terceiro grau.
- Art. 50 A Comissão Eleitoral garantirá que todas as chapas tenham as mesmas condições e oportunidades para utilização das instalações dos associados, durante a realização do pleito.

### Art. 51 – A Comissão Eleitoral Compete:

- a) Organizar a documentação eleitoral;
- b) Coordenar a mesa coletora e apuradora de votos;
- c) Fazer as comunicações e publicações devidas;
- d) Preparar relações de votantes;
- e) Confeccionar as cédulas únicas e preparar todo o material eleitoral;
- f) Decidir sobre impugnações de candidaturas, nulidades ou recursos;
- g) Decidir sobre quaisquer outras questões referentes ao processo eleitoral;
- h) Coletar e apurar os votos da eleição.

### Seção VI DA COLETA E APURAÇÃO DE VOTOS

**Art.** 52 – A mesa coletora e apuradora de votos será constituída pela própria comissão eleitoral:



© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

§ 1° - Cada chapa concorrente no ato de sua inscrição fornecerá a comissão eleitoral nomes de pessoas idôneas, que serão os fiscais para acompanhar a mesa coletora e apuradora de votos. §2° - Os fiscais designados pelas chapas terão que ser escolhidos entre os associados na proporção de 01 (um) fiscal por chapa registrada.

## Seção VII DA VOTAÇÃO

- **Art.** 53 No local designado, 30 (trinta) minutos antes da hora do inicio da votação, os membros da comissão eleitoral verificarão se está em ordem o material e a urna destinada a recolher os votos, devendo o presidente suprir eventuais deficiências.
- Art. 54 Os trabalhos eleitorais de coleta de votos terão duração mínima de 8 (oito) horas, observados sempre os horários de inicio e encerramento previstos no edital de convocação.
- § 1º O encerramento dos trabalhos eleitorais poderá ser antecipado se já tiverem votado todos os eleitores constantes da folha de votação.
- §2º Ao término do trabalho do dia, o Presidente da comissão eleitoral juntamente com os secretários devem proceder ao fechamento da urna com oposição de suas rubricas, bem como dos fiscais, fazendo lavrar ata, pelos mesmos assinados e com menção expressa do numero de votos depositados.

## Seção VIII DA MESA APURADORA

- Art. 55 Após o término do prazo, instala-se em Assembleia Eleitoral Pública e permanente, na sede da associação, ou local previamente determinado, a mesa apuradora, formada pelos membros da comissão eleitoral.
- § 1º Instalada, a mesa apuradora verificará pela lista de votantes se participaram da votação mais de 50% (cinquenta por cento) dos eleitores, procedendo, em caso afirmativo, a abertura das urnas e contagem dos votos.
- § 2º Os votos em separados, desde que decidida sua apuração serão computados para efeito de quórum.
- $\S 3^{\circ}$  Assiste ao eleitor o direito de formular, perante a mesa qualquer protesto referente à apuração.

### Seção IX DO RESULTADO

- **Art.** 56 Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos, lavrando a ata dos trabalhadores eleitorais que mencionará obrigatoriamente:
  - a) Dia, hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
  - b) Local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras, como os nomes dos respectivos componentes;
  - c) Resultado de cada urna apuradora, especificando-se o numero de votantes, sobrecartas, apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e nulo;
  - d) Numero total de eleitores que votaram.

82 3432 .0983 © 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

Paragrafo único – Em caso de empate entre as duas chapas mais votada será considerada vencedora, àquela que o seu presidente for o mais idoso, onde a Comissão Eleitoral comunicará por escrito ao vencedor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o resultado das eleições.

### Seção X DAS NULIDADES

Art. 57 – Será anulável a eleição quando ocorrer vício que comprove sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer concitado ou chapa concorrente.

### Seção XI DOS RECURSOS

Art. 58 – Qualquer associado pode interpor recurso contra o resultado do processo eleitoral, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do término da eleição.

## Seção XII DISPOSIÇÕES ELEITORAIS GERAIS

Art. 59 – A posse da nova diretoria ocorrerá na data de vencimento do mandato da administração anterior ou termino da eleição.

Parágrafo único – Ao assumir o cargo, a nova diretoria prestará, solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato a este estatuto.

**Art.** 60 — Caso as eleições não sejam convocadas ou realizadas nos prazos previstos neste estatuto sem qualquer justificativa plausível, qualquer diretor ou associado em gozo de seus direitos sociais poderá requerer a convocação de uma assembleia geral para eleição.

**Parágrafo único** – Não havendo recurso, o processo eleitoral será arquivado na secretaria da associação, podendo ser fornecidas cópias para qualquer associado mediante requerimento.

# CAPITULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61 – A Prestação de Contas observará as seguintes normas:

 Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, nos termos do inciso IV, do artigo 33, da Lei nº 13.019/14;

A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, deverá está à disposição para exame de qualquer sócio;

A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebida pela entidade será realizada conforme determinado no parágrafo único do artigo 70, da Constituição Federal.

№ 82 3432 .0983
 № 82 99168.2706
 Ø asscomat
 Asscomat Trapiche da Barra

II.

III.

☑ asscomat@outlook.com



Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

**Parágrafo único** - Não perceberão seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente remuneração, vantagens ou benefícios direta ou indiretamente por qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

- Art. 62 A ASSCOMAT deverá divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública. Conforme Art. 11, da Lei 13019/2014, (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
- Art. 63 É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual a entidade supracitada e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria, conforme Art. 18, da Lei 13019/2014.
- Art. 64 As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, da Lei 13019/2014.
- Art. 65 Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:
  - I. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
  - II. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
  - III. Custo indireto necessário à execução do objeto seja qual for à proporção em relação ao valor total da parceria;
  - IV. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- § 1º. A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.
- § 2º. A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.
- § 3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela entidade com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público. (este artigo está previsto no Art. 46, da Lei 13019/2014, Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).
- Art. 66 Nas parcerias cuja duração exceda um ano, é obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício. (exigência do art. 49, da Lei 13.019/2014).
- Art. 67 A ASSCOMAT fará jus aos beneficios abaixo, independentemente de certificação:

& 82 3432 .0983

© 82 99168.2706

@ asscomat

Asscomat Trapiche da Barra





Fundada em 14 de junho de 2011 CNPJ N° 14.108.300/0001-01

- I. Receber doações de empresas, até o limite de 2% (dois por cento) de sua receita bruta;
- II. Receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. (previsão do Art. 84-B, da Lei 13019/2014, Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).
- Art. 68 Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste estatuto.
- Art. 69 O exercício financeiro e fiscal coincidirá com o ano da entidade e os casos omissos serão resolvidos pela diretoria executiva, e em ultima instância pela Assembleia Geral.
- Art. 70 O Presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 02 de junho de 2023, e somente poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

